

OS DESAFIOS À EDUCAÇÃO CÍVICA NO CONTEXTO DUMA ÉTICA EM MUTAÇÃO

José Pedro Teixeira Fernandes

Seminário sobre

A Educação Cívica e a Defesa Nacional

Painel «As Escolas, os Saberes e os Processos de Socialização»

IDN- Instituto da Defesa Nacional

Auditório da Universidade Católica Portuguesa, Porto

5/Novembro/2004

Índice

1. A cidadania como fenómeno multidimensional
2. As raízes tradicionais da educação cívica: a(s) ética(s) do dever
3. A emergência de uma cultura de direitos e as suas implicações
 - 3.1. As implicações cívico-militares: o abandono da conscrição
 - 3.2. As implicações cívico-laborais: o desfasamento entre a escola e a empresa
4. Reflexões finais
5. Bibliografia

Os ideais do bem-estar, o descrédito dos grandes sistemas de opinião, o alargamento dos desejos e dos direitos à autonomia subjectiva esvaziaram da sua substância os deveres cívicos, da mesma forma que desprezaram os imperativos categóricos da moral individual e interindividual [...] as sociedades pós-moralistas são mais democracias de indivíduos do que democracias de cidadãos.

Gilles Lipovetski (1994: 230)

1. A cidadania como fenómeno multidimensional

A questão da cidadania é complexa e de natureza multidimensional, podendo ser identificadas várias dimensões relevantes para a sua abordagem:

- i) **a dimensão constitucional-legal**, que pode ser avaliada tipo de mecanismos constitucionais, legais e judiciais existentes;
- ii) **a dimensão económico-social**, que pode ser aferida pelo grau de bem-estar da população, avaliado através de diversos indicadores (PIB/*per capita*, taxas de mortalidade infantil, de desemprego, esperança de vida, etc.);
- iii) **a dimensão ensino-formação**, que pode ser avaliada pelo tipo de ensino, *curriculae* escolares e níveis de escolarização existentes no país, e pela sua adequação à difusão das normas constitucionais-legais e à difusão dos valores éticos e cívicos consagrados nas mesmas;

iv) e a **dimensão ética-cívica** (em sentido estrito), que pode ser aferida pelo grau de interiorização que a população do país efectuou, sobre os valores éticos e cívicos consagrados normas constitucionais-legais, e que leva à adesão voluntária aos mesmos e ao cumprimento das normas.

É essencialmente sobre estas duas últimas dimensões, que vamos fazer incidir a nossa breve análise e as reflexões que a seguir apresentamos.

2. As raízes tradicionais da educação cívica: a(s) ética(s) do dever

No âmbito da cultura ocidental existe um antagonismo profundo entre uma ética do dever e uma ética do prazer que tem as suas origens na Antiguidade clássica greco-romana.

A **ética estóica (ou estoicismo)** – provavelmente a formulação mais antiga da ética do dever –, caracteriza-se por um determinado conjunto de valores que permitem afirmar que «para o estóico a vida feliz é a vida virtuosa [...]». O essencial é a rectidão, a adequação à ordem intrínseca do mundo, a lei natural, a lei divina» (J. M. Moreira, 1999: 33).

Quanto à outra formulação ética que se lhe opunha frontalmente – o **epicurismo ou hedonismo** – este baseava-se num sistema de valores substancialmente diferente. À questão «o que deve fazer o homem?» respondia: «o que gosta mais. Ora, o que gosta mais é o que lhe é agradável: o que lhe dá prazer» (*idem*: 35).

A primazia de uma ética do dever projectada pelo Cristianismo, que assimilou elementos da Antiguidade greco-romana, foi inquestionável até ao século XVIII e ao Iluminismo.

Durante o século XVIII, a formulação ética de **Immanuel Kant** (1724-1804), apesar de se desviar do tradicional fundamento em Deus, situa-se, claramente, no campo da ética do dever, sendo caracterizada por «imperativos categóricos (incondicionados), de cariz absoluto e universalista, cuja validade, deve ser aferida racionalmente: «Actua de tal modo que possas querer que essa actuação se converta em lei universal».

Com o **Iluminismo e os Filósofos das Luzes** começou-se, de uma maneira relativamente lenta mas progressiva, a alterar o milenar edifício ético que vinha da Antiguidade clássica e do Cristianismo medieval, sendo-lhe introduzidas duas componentes que lhe eram essencialmente estranhas:

- i) as **concepções éticas de raiz secularista/laica** (por exemplo, as de Karl Marx ou as de Friedrich Nietzsche);

(ii) a **recuperação e (re)valorização do epicurismo/hedonismo**, que assume as novas formas de utilitarismo (é o caso do «**utilitarismo**» novecentista de Jeremy Bentham e de John Stuart Mill, simbolizado na conhecida máxima da «maior felicidade para o maior número», e do sistema de valores que implicitamente, ou explicitamente, se afirma com as sociedades de consumo, na segunda metade do século XX).

Todavia, importa notar que, até meados do século XX, os direitos do indivíduo foram largamente **contrabalançados por uma excepcional idealização do dever-ser**.

«Durante cerca de dois séculos, as sociedades modernas professaram solenemente **as obrigações morais do homem e do cidadão**, conferiram um esplendor sem igual ao ideal de desinteresse e de esquecimento de si próprio, exortando incansavelmente aos deveres para com cada um de nós e para com os nossos semelhantes, procurando purificar as almas, promover as virtudes privadas e públicas» (Gilles Lipovetski, 1994:31).

Os sinais mais visíveis desta persistência da ética do dever, podem-se encontrar nos **livros de história**, nos **discursos oficiais dos governantes e**

nos monumentos aos mortos, os quais tinham por objectivo «a **formação de bons cidadãos e soldados heróicos**», sublinhando, ao mesmo tempo, em frases sonoras e empolgantes, o «dever de morrer pela nação», a «grandeza da lei e a exigência absoluta de servir o interesse geral» (*idem*: 32).

3. A emergência de uma cultura de direitos e as suas implicações

É ao longo da segunda metade do século XX, que se começa a tornar evidente a progressiva transformação de uma **tradicional cultura de deveres** ético-jurídicos, numa **nova cultura de direitos**, que invadiu praticamente todas as esferas da vida humana (Gilles Lipovetski, 1994: 30):

Quer seja na esfera política, moral ou económica, por toda a parte os direitos soberanos do indivíduo foram postos em primeiro lugar: direitos do homem, direito ao prazer, direito à livre situação dos direitos privados, é este o processo que poderia autorizar Leo Strauss a analisar a modernidade como uma cultura na qual «o facto moral absoluto é um direito e não um dever».

A este fenómeno não são certamente estranhas, quer as tendências de afirmação duma sociedade de consumo, quer as que tendências para a aceitação de um progressivo relativismo ético e cultural, o qual tende a ser visto como a expressão duma maior tolerância e da aceitação da diversidade cultural .

3.1. As implicações cívico-militares: o abandono da conscrição

Tradicionalmente, desde a Revolução Francesa de 1789 que, em caso de guerra, se verifica a mobilização generalizada dos cidadãos, *la nation en armes*, com apelo à conscrição, ou seja, ao alistamento obrigatório de todos os cidadãos do sexo masculino, a *levée en masse*, dentro de certos limites etários, para combate do inimigo externo.

Este processo contribuiu para a formação e/ou reforço identidade dos diversos Estados-Nação da Europa Ocidental e para a própria formação estereótipos de masculinidade.

Ao longo da segunda metade do século XX esta situação foi-se alterando devido a vários factores:

i) o **aumento da esperança média de vida** nos países ocidentais, fruto dos desenvolvimentos da medicina e da melhoria generalizada das condições higiénico-sanitárias e alimentares;

ii) o **controlo da natalidade** e do aumento da população pela via planeamento familiar;

iii) a emergência de uma **sociedade de consumo** com a ética hedonista que lhe está subjacente;

iv) a **crise da ideia tradicional de Estado-Nação** que resulta quer do movimento de integração da(s) Comunidade(s)/União Europeia, quer da emergência de novas concepções políticas de tipo multicultural.

Em consequência destas mutações profundas a generalidade da população europeia tornou-se cada vez menos sensível ao discurso dos deveres cívicos e das glórias guerreiras e patrióticas do passado, deixando de estar disposta a efectuar sacrifícios heróicos, normalmente sangrentos e à custa da perda de muitas vidas humanas.

Naturalmente que estes sacrifícios eram mais fáceis de aceitar em sociedades habituadas a altas taxas de mortalidade infantil, com famílias numerosas e em que a doença e morte eram encaradas como factos naturais da vida diária e não anomalias como hoje as tendemos a encarar.

Neste contexto, o abandono do serviço militar obrigatório surge como uma **consequência «natural»**, quer do fim da Guerra Fria e das ameaças militares que lhe estavam subjacentes, quer **do abandono progressivo dos valores de uma ética do dever**, quer ainda da **crise do próprio Estado-Nação**, não se sabendo bem qual será o seu destino futuro no âmbito duma União Europeia em crescente integração económica e política.

Mas há outras consequências importantes, como o desfasamento entre os tradicionais valores militares – a honra, a coragem, o sacrifício, o amor da pátria – e os valores da sociedade civil e da economia – o aumento do bem-estar e a melhoria da satisfação das necessidades.

Assim, a emancipação da masculinidade do tradicional ideal do militar-guerreiro, o que, parafraseando Edward Luttwak, está a dar origem a uma «cultura pós-heróica» que transforma o militar-guerreiro numa «figura anómala» das nossas sociedades.

3.2. As implicações cívico-laborais: o desfasamento entre a escola e a empresa

Para quem se situa fora das actividades económico-empresariais, como é em grande parte o caso do universo do ensino, quer no caso de professores, quer no caso dos alunos, o contacto com este é essencialmente feito pela via do consumo, onde funciona uma ética hedonista, suporte moral indispensável para uma sociedade de consumo.

Daqui resulta uma imagem mais ou menos distorcida que, implicitamente, acaba por ser construída por todos aqueles que apenas conhecem o mundo empresarial do exterior, enquanto consumidores.

Para esta imagem distorcida contribui também o *glamour* publicitário e do cinema, e até das próprias revistas de gestão para quadros e executivos, que difundem habitualmente o estereótipo do executivo jovem e bem sucedido.

Visto de fora, e sem outras experiências de vida, o mundo empresarial surge como uma espécie de prolongamento natural do mundo académico, com a estimulante vantagem de permitir **aumentar a felicidade pelo consumo**,

devido à possibilidade de obtenção da **independência económica**, face aos pais ou ao meio familiar.

A questão é que o mundo empresarial «esconde» exigências que «não se estava à espera» e não se compadecem com este *glamour*. Por exemplo, assiste-se a uma **(re)entrada em força da ética**, e de uma ética que até contém **bastantes deveres** (códigos éticos das empresas, códigos deontológicos das profissões liberais, etc).

O **desfasamento entre a escola e a empresa** é um tema recorrente dos meios empresariais, do discurso político e da própria imprensa, o debate tende a cristalizar-se em torno dos *curriculae*, das competências técnicas dos alunos e dos cursos necessários.

Pouca atenção tem sido dada ao desfasamento ético que, na maior parte dos casos, separa profundamente o **universo estudantil** (muito **marcado por uma lógica direitos** e pela felicidade prometida aos consumidores), do **universo do trabalho** (bastante mais marcado pela **existência de deveres** e pelas exigências de cumprimento de objectivos, de produtividade, etc., feitas a todos os que participam no processo produtivo de bens e serviços) e às

suas consequências, quer em termos de cidadania, quer em termos de inserção dos jovens no mundo do trabalho.

4. Reflexões finais

A implementação de um qualquer modelo de educação cívica neste início de século XXI confronta-se com várias questões que precisam de uma resposta prévia. Desde logo, importa clarificar quais os valores que se podem e devem difundir.

Esta não é uma tarefa fácil em sociedades democráticas que estão a evoluir de um ideal de um ideal de homogeneidade para uma significativa **heterogeneidade de tipo multiculturalista**, em que a diversidade de interesses, de estilos de vida, e o **relativismo dos valores** parece ser a nota dominante.

Para além disso, assiste-se também a uma outra tendência que é crescente difusão de ideais e valores éticos de cariz **universalista**, como os direitos humanos, o direito humanitário, a ecologia e o ambiente, os quais não invulgarmente surgem em rota de colisão com o «interesse nacional» definido governamentalmente, e que rejeitam a tradicional fidelidade ao Estado-Nação, como um valor supremo e indiscutível.

O resultado é a perda de atracção pela ideia de Pátria e uma certa **crise do modelo político do Estado-Nação**, fenómeno ao qual não é não é estranho o processo de integração da(s) Comunidade(s)/União Europeia, tornaram mais difusa e ambígua a questão de saber a quem o cidadão deve a sua primeira fidelidade.

Neste contexto de acelerada mutação de valores, e de explosão da diversidade de modos de vida, não é difícil de antever que qualquer modelo institucional de educação cívica que venha a ser implementado se arrisca a deixar insatisfeitos largos sectores da sociedade portuguesa.

Ainda assim, pensamos que valerá a pena correr esse risco dada a importância do que está em causa em termos de vida humana e social

Bibliografia

- Carrol, Harry (1998), *Ethics: A Contemporary Introduction* (trad. port., 2004, do excerto «Ética e Relativismo Cultural» [www.http://criticanarede.com](http://criticanarede.com), 10 pp.), London/New York: Routledge.
- Ignatieff, Michael (2000), *Virtual War: Kosovo and beyond*, London: Vintage-Random House
- Lipovetski, Gilles (1994), *O Crepúsculo do Dever. A Ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Mercier, Samuel (1999 [2003]), *L' éthique dans les entreprises* (trad. port, 2003, A Ética nas Empresas), Porto: Edições Afrontamento.
- Moreira, José Manuel (1999), *A Contas com a Ética Empresarial*, Lisboa: Princípia.
- Singer, Peter [ed.] (1991 [2000]), *A Companion to Ethics*, Oxford: Blackwell.
- Solomon, Robert C. (1991 [2000]), «Business Ethics» (trad. port., 2004, A Ética Empresarial, [www.http://criticanarede.com](http://criticanarede.com), 12 pp.) in *Peter Singer [ed.], A Companion to Ethics*, Oxford: Blackwell, pp. 354-365.